

Por Antonio Penteado Mendonça



O Sindseg/SP acaba de publicar os [resultados de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina](#). São números apavorantes, inclusive porque a tendência é de crescimento de um quadro péssimo que tem tudo para ficar muito pior.

Entre 1995 e 2014, o Brasil apresentou perdas de mais de 180 bilhões de reais em função de eventos de origem natural. Como o Brasil não tem vulcões e os tremores de terra são raros e, normalmente, de baixa intensidade, pode-se dizer que estes danos foram causados por eventos de origem climática, de chuvas a tempestades, secas a inundações, tornados a furacões, passando pela ampla gama de ventos, rajadas, granizo e o mais que atinge o país com monótona regularidade, todos os anos.

O estudo aponta o apavorante número de 9 bilhões de reais anuais como o valor médio dos prejuízos que o país sofre em função destes fenômenos. Ou seja, é como se todos os meses o Brasil pagasse um pedágio de 800 milhões de reais aos deuses da chuva.

O curioso é que o cidadão médio continua convencido de que o país, apesar de seu imenso território, que ocupa praticamente metade da América do Sul, está a salvo dos danos causados pelos fenômenos naturais, como se, num passe de mágica, estes eventos, ao chegarem nas nossas fronteiras, respeitassem a linha imaginária criada pelos homens e invadissem os países vizinhos, poupando o Brasil de suportar os danos e as perdas decorrentes de sua passagem.

Infelizmente, a realidade é outra e está claramente apontada em vários estudos da ONU, que nos colocam entre os dez países mais afetados pelos eventos de origem natural. Poderíamos também tomar o mapa de queda de raios, que nos coloca em situação privilegiada entre os territórios mais afetados pelo fenômeno.

A sociedade brasileira mudou. Isso quer dizer que a ocupação do solo é outra, que a utilização do solo é outra e que a movimentação demográfica também é outra, o que gera, concomitantemente, impacto e consequência na geração de riqueza.

No entanto, as autoridades responsáveis não mostram qualquer sensibilidade quanto aos fatos. Não tomam qualquer medida efetiva para o reordenamento do espaço físico brasileiro, não se preocupam em retirar as pessoas ou ao menos restringir a invasão de áreas de risco.

Mais grave, não apresentam planos alternativos para que a população deixe de procurar as áreas de risco. É preciso se ter claro que ninguém vai morar numa zona sujeita a alagamentos, como é o caso do Jardim Pantanal, porque gosta de ficar debaixo d'água todos os verões. Por outro lado, nem todos os perigos são identificados. A ocupação dos bairros cota, na Serra do Mar, é um bom retrato da imprevidência por desconhecimento e não por falta de opção.

Se o Governo investisse no subsídio de moradias e políticas de prevenção de risco uma pequena parte dos 800 milhões de reais de prejuízos mensais, teria uma resposta muito mais barata e que se amortizaria em poucos anos, reduzindo ainda mais este valor.

Em nenhum lugar do mundo todos os riscos de origem natural são segurados. Ao contrário, são poucos os locais de risco, mesmo nos países mais desenvolvidos, que são segurados contra os eventos mais ameaçadores.

Mas o seguro pode desempenhar um papel importante como auxiliar das políticas públicas de prevenção de perdas em função de riscos de origem climática. Evidentemente, seria necessária uma ação conjunta com o Governo, tanto para a definição dos riscos com potencial catastrófico que seriam seguráveis, bem como para definir os subsídios dos prêmios para as classes menos favorecidas da sociedade, que normalmente são as mais afetadas.

O Brasil tem seguro contra catástrofes de origem climática. O tema não é novo. Mas estes seguros são pouco contratados. É indispensável entender o porquê disto.

As seguradoras poderiam levar estes estudos ao Governo e assim dar início concreto a uma discussão que já deveria ter começado.

Fonte: SindSegSP, em 20.01.2017.